

HABEAS CORPUS Nº 548.516 - SP (2019/0356608-3)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
VALERIA CORREA SILVA FERREIRA - MG131083
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : A A DE C (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de A A DE C, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de São Paulo que deu parcial provimento ao recurso de apelação interposto pela defesa na origem, conforme a seguinte ementa (fl. 70):

ESTUPRO DE VULNERÁVEL Materialidade e autoria comprovadas. Prova segura. Negativa do réu isolada.

Condenação mantida.

PENA e REGIME PRISIONAL Base de cada crime acima do mínimo. Personalidade voltada à prática de crimes (1/6) Incidência da causa de aumento do artigo 226, II, do Código Penal (1/2) Continuidade delitiva. Impossibilidade de quantificação dos crimes praticados. Acréscimo na fração de 1/6. Razoabilidade e proporcionalidade Regime inicial fechado Apelo parcialmente provido para reduzir a pena.

A impetrante requer a concessão da ordem para determinar o redimensionamento da pena e, na primeira fase da dosimetria, afastar o aumento de 1/6 decorrente da personalidade do agente, sob a alegação de violação à Súmula 444 desta Corte Superior.

É o relatório.

DECIDO.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se, de plano, evidente constrangimento ilegal.

Esta não é a situação presente, em que a pretensão trazida, de redimensionamento da pena, é de caráter eminentemente satisfativo, melhor cabendo seu exame no julgamento de mérito pelo colegiado, juiz natural da causa, assim inclusive garantindo-se a necessária segurança jurídica.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações.

Após, ao Ministério Público Federal para a elaboração de parecer.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO

Relator